
Comissão de Acompanhamento do PO Factores de Competitividade

Reunião de 2012.06.20

Ata nº 06/12

Lista de Presenças: Anexo I

O Presidente da Comissão de Acompanhamento, Franquelim Alves, perante a existência de quórum (conforme lista de presenças Anexa), deu início à reunião às 9H45, saudando os membros da Comissão de Acompanhamento (CA) do PO Factores de Competitividade (POFC), em especial os representantes da Comissão Europeia.

O Presidente da Comissão de Acompanhamento passou a palavra a Normunds Popens (CE) que, agradecendo ao COMPETE, Autoridades de Certificação e aos *stakeholders* participantes na reunião, salientou a importância do Programa na ajuda que poderá dar à economia portuguesa, muito afetada pela crise económica, constituindo uma das poucas fontes públicas de financiamento disponíveis para ajuda às PME. Reforçou que não obstante a introdução de medidas anticrise, não se deve perder o papel central do Programa na prossecução de alterações estruturais visando a melhoria da competitividade da economia portuguesa.

Salientou que a Comissão Europeia está empenhada em apoiar Portugal nesta fase difícil, pelo que irá analisar as propostas de reprogramação após envio formal pelas Autoridades Portuguesas, esperando que estas sejam consistentes com a situação atual de crise.

Informou ainda que, apesar das diferenças entre Programas e Eixos Prioritários, o nível de execução do QREN se encontra alinhado com a média comunitária, sendo por isso classificado como normal. Alertou, no entanto, para as eventuais dificuldades do co-financiamento nacional, podendo constituir um problema para a execução futura dos Programas Operacionais.

Por fim, Normunds Popens (CE) informou que a Comissão Europeia se encontra a finalizar a preparação dos "Position Paper" a enviar aos Estados-Membros relativos à preparação do próximo período de programação (2014-20), no sentido de alinhar os Fundos Estruturais com os objetivos da Europa 20-20. Neste sentido, será necessário iniciar-se um trabalho de colaboração estreito

com as autoridades nacionais, no sentido de preparação do QEC (Quadro Estratégico Comum) e respetivos Programas Operacionais. Considera relevante que se envolvam todas as Autoridades de Gestão do atual QREN no desenho e reflexão para o próximo QEC.

Não existindo propostas de alteração à Agenda, o Presidente confirmou a aprovação da mesma, passando ao seu primeiro ponto.

1. Informações

O Presidente da Comissão de Acompanhamento começou pela aprovação formal da Ata da 5.ª reunião da Comissão de Acompanhamento, que já tinha sido objecto de aprovação por consulta escrita.

Manuela Gameiro (CIP) sublinhou a relevância do Anexo II à Ata da 5.ª reunião da Comissão de Acompanhamento, constituindo um documento importante de síntese das questões colocadas pelos membros da Comissão de Acompanhamento. Reforçou que esta prática do COMPETE é inovadora ao nível do QREN.

Francisco Sousa Soares (MEC) lembrou que não esteve presente na última reunião, não lhe sendo por isso possível pronunciar-se sobre a respetiva ata.

Não existindo mais observações, o Presidente passou ao ponto seguinte da Agenda.

2. Texto do Programa, Programação Financeira - Alterações

O Presidente da Comissão de Acompanhamento apresentou as linhas gerais da reprogramação do COMPETE. Informou que, aquando da finalização do exercício, será disponibilizado um documento completo aos membros da Comissão de Acompanhamento para aprovação por consulta escrita.

A proposta apresentada, que poderá ainda sofrer algumas alterações de detalhe, segue as seguintes prioridades definidas pelo Governo, através da Resolução de Conselho de Ministros de 31 de Maio:

- Reforço do financiamento a projetos e unidades de I&D;
- Reforço dos incentivos às empresas, mantendo o nível de seletividade e apoio a empresas de bens e serviços transacionáveis, a projetos inovadores e a projetos enquadrados em Estratégias de Eficiência Coletiva;
- Financiamento da iniciativa **Impulso Jovem** através dos Sistemas de Incentivos QREN;
- Reforço, no âmbito do FEDER, da **Formação para a inovação e gestão**;
- Reforço dos mecanismos de Engenharia Financeira, visando o Programa Revitalizar, o reforço do Fundo de Contragarantia e de novos Fundos de Capital de Risco;

- Apoio a projetos considerados **estratégicos de Modernização da Administração Pública**, nomeadamente dos Ministérios das Finanças e da Justiça;
- Apoio a **Ações Coletivas estratégicas**, visando, nomeadamente, o apoio à **Dinamização de Estratégias de Eficiência Coletiva** e às Iniciativas **Portugal sou eu e Lusofonia Económica**.

O reforço da dotação do COMPETE poderá chegar a 140 milhões de euros para possibilitar o acionamento da engenharia Financeira e do Programa Revitalizar. A reprogramação interna proposta prevê a diminuição das disponibilidades financeiras nos Eixos IV e V, concentrando a dotação nas prioridades Sistemas de Incentivos, Engenharia Financeira e Apoios à Investigação Científica/I&D.

Por fim, tendo em conta, para além das referidas alterações orçamentais, as atuais disponibilidades orçamentais, o Presidente da Comissão de Acompanhamento salientou que se estima que poderá ainda ser aprovado um nível de incentivo na ordem dos mil milhões de euros.

Paulo Areosa Feio (Observatório do QREN) agradeceu a colaboração do COMPETE pelas propostas técnicas apresentadas e às agências públicas pela sua colaboração, salientando que o exercício de reprogramação se encontra inserido num exercício global, definido pelo Governo, assente nas seguintes linhas principais:

- Propiciar maior coerência de aplicação dos Fundos Estruturais com o objetivo de consolidação orçamental. Este objetivo não assume particular relevância no caso do COMPETE;
- Manter e, se possível, aprofundar o apoio a sectores transaccionáveis e promover a internacionalização da economia, estando ainda previsto o reforço dos Sistemas de Incentivos e dos mecanismos adicionais de estímulo ao investimento empresarial;
- Reavaliar os investimentos públicos, no sentido de assegurar a sua qualidade (vetor que tem sido bem sustentado pelos respetivos PO) mas também a capacidade de financiamento futura, garantindo a sua sustentabilidade económica e financeira;
- Reforçar o fomento do emprego, nomeadamente através da Iniciativa Impulso Jovem;
- Manter os apoios de natureza social, financiados pelo FSE, visando os grupos desfavorecidos (que não se limitam aos desempregados - formação, criação do próprio emprego).

Dina Ferreira (IFDR) lembrou que algumas prioridades definidas pelo Governo, cuja implementação através dos Programas Operacionais não tem reflexos no acréscimo das dotações. Alertou ainda para a necessidade de um documento mais detalhado que inclua a justificação das alterações proposta, bem como o seu reflexo no Texto do PO.

Eugénio Rosa (CGTP) considerou incompreensível a necessidade de reprogramação sem se conhecer os impactes previsíveis do Programa. A este propósito, considerou a análise dos impactes esperados dos projetos aprovados pouco desenvolvida no Relatório de Execução.

Relativamente à prioridade de internacionalização, à semelhança da última reunião, questionou o facto da produção de bens transaccionáveis para o mercado nacional, que contribui igualmente para melhoria da balança comercial, ser preterida.

Por fim, Eugénio Rosa (CGTP) salientou o facto da Administração Pública continuar a sofrer cortes orçamentais, lembrando que este Eixo sofreu uma redução de 400 milhões de euros na última reprogramação.

Normunds Popen (CE) salientou a importância de iniciativas de combate ao desemprego jovem, como o Impulso Jovem, alinhadas com a prioridade definida pela presidência da Comissão Europeia. Relativamente aos instrumentos de engenharia financeira, alertou para a proibição regulamentar do apoio a empresas em dificuldades.

Judit Torokne Rozsa (CE) realçou o facto do processo de reprogramação não ser o ideal, uma vez que não houve ainda tempo para discussão com a CE. No que se refere à proposta de reprogramação, salientou a necessidade de se apresentar um documento global da reprogramação do QREN, sendo necessário assegurar a coerência da mesma. A título de exemplo, informou que a libertação de verbas no PO Centro poderá originar o cancelamento do apoio a Universidades / I&D, estando, no entanto, previsto o reforço no âmbito do COMPETE a projetos de Ciência.

Relativamente ao reforço das verbas destinadas à Ciência, no âmbito do COMPETE, questionou a sua relevância comparativamente com o facto dos apoios adicionais para empresas ser residual.

Por fim, Judit Torokne Rozsa (CE) questionou ainda a diminuição da dotação prevista para o Eixo V (ações coletivas), uma vez que este instrumento visa o reforço da cooperação empresarial, fator muito importante no relançamento da economia portuguesa.

Armando Cardoso (CE) reforçou a aparente contradição entre os objetivos da reprogramação e o reforço ser essencialmente destinado às Entidades públicas do Sistema Científico e Técnico Nacional.

Relativamente à diminuição da dotação destinada à modernização da Administração Pública, num contexto de apoio excecional enquadrado na regra *spill-over effects* (ou seja, localizado em Lisboa mas destinado às Regiões de Convergência), expressou o seu acordo com a focalização nas prioridades de modernização nas áreas da Justiça e Finanças.

O Presidente da Comissão de Acompanhamento esclareceu que, apesar do reforço destinado aos Sistemas de Incentivos não ser aparentemente muito expressivo, perto de 80% do total de compromisso ainda a assumir no âmbito do COMPETE se destina a empresas (através de Sistemas de Incentivos e Engenharia Financeira).

Quanto à proposta de redução da dotação dos Eixos IV (SAMA) e V (SIAC), esclareceu que a mesma visa ajustar a dotação à previsão de compromissos futuros, aproximando-a das necessidades reais, tendo em conta o contexto macroeconómico recessivo e, por outro lado, a disponibilidade orçamental ainda existente no Programa. Neste sentido, salientou que permanece um cabimento orçamental que permite o lançamento de compromissos futuros de

cerca de 50 milhões de euros e de 60 milhões de euros nos referidos instrumentos, respetivamente.

Francisco Sousa Soares (MEC) destacou o facto do reforço do Eixo I (Ciência e I&D) permitir o adequado financiamento de projetos de Investigação Científica internacionalmente competitivos, e em particular em áreas críticas do desenvolvimento socioeconómico de Portugal, e não projetos de natureza infraestrutural, contribuindo assim para a prossecução dos objetivos do PNR (Plano Nacional de Reformas), em matéria de I&D.

Ana Vieira (CCP) realçou o envolvimento dos parceiros sociais na reprogramação do QREN. Questionou o enquadramento da formação para a gestão e inovação no âmbito do COMPETE, nomeadamente em relação à sua mais-valia face aos apoios existentes em outros PO.

O Presidente da Comissão de Acompanhamento esclareceu que essa tipologia de apoio não tem ainda materialização concreta.

Manuela Gameiro (CIP) sublinhou o facto de só ter tido conhecimento da proposta de reprogramação no próprio dia, não sendo por isso possível pronunciar-se aprofundadamente nesta reunião. Defendeu a necessidade de apresentação de uma proposta global que envolva todos os PO, tornando mais perceptíveis as orientações estratégicas implícitas no atual exercício de reprogramação do QREN.

Salientou ainda que o referido documento detalhado de reprogramação deverá explicitar melhor alguns aspetos, nomeadamente a ligação entre a iniciativa Impulso Jovem e o reforço até 140 M€ para mecanismos de Engenharia Financeira, bem como a diminuição da dotação do Eixo V (SIAC).

Relativamente à libertação de verbas decorrente da Operação Limpeza, dotação utilizada na reprogramação global do QREN, salientou que a mesma não deverá ter tido efeitos relevantes no âmbito do COMPETE atendendo ao mecanismo de identificação e descativação já implementado - Bolsa de Descativação de Incentivo.

O Presidente da Comissão de Acompanhamento esclareceu que a proposta de reprogramação a apresentar aos membros da Comissão de Acompanhamento será objeto do devido detalhe num conjunto de aspetos, nomeadamente:

- Divisão de competências entre COMPETE e PO Regionais;
- Disponibilidades orçamentais existentes atualmente;
- Previsão das necessidades orçamentais para futuros compromissos.

Relativamente à “Operação Limpeza” salientou que uma atuação concertada a nível geral, como esta iniciativa, acabou por permitir uma resolução mais eficaz e mais expedita de situações identificadas como potencialmente a descativar no âmbito da Bolsa de Descativação de Incentivo.

José Paulo Esperança (CPADA) chamou a atenção para o enfraquecimento dos resultados na área da energia, para o qual poderá ter contribuído a descontinuidade de políticas de fomento. Por outro lado, salientou que o apoio à produção local para consumo nacional tem impactes positivos a nível ambiental.

Pedro Carneiro (FCT) salientou que o reforço no Eixo I se destina a projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico, e não ao financiamento infraestrutural das Unidades de I&D, devendo o reforço da respetiva dotação orçamental ser analisado no conjunto da dotação do COMPETE: a dotação afeta a esta vertente passa de 17% para 20% da dotação total do PO. Defendeu ainda que o investimento em Ciência é estruturante, com resultados a médio prazo ao nível da competitividade nacional.

Miguel Cruz (IAPMEI) defendeu a necessidade dos instrumentos de engenharia financeira procurarem assegurar a complementaridade do apoio concedido através dos Sistemas de Incentivos, nomeadamente ao nível da capitalização das PME.

No que se refere à temática de Eficiência Energética, alertou para o facto dos problemas energéticos serem muito sentidos pelas empresas, constituindo, por isso, uma preocupação transversal aos instrumentos do COMPETE.

Dina Ferreira (IFDR) informou que será desenvolvido um documento global do exercício de reprogramação do QREN que reflita uma perceção do conjunto das transferências propostas, bem como o financiamento total dos instrumentos transversais a vários Programas Operacionais. Relativamente à Iniciativa Impulso Jovem, esclareceu que não haverá instrumentos novos mas sim uma focalização dos instrumentos existentes para esta prioridade.

Por fim, salientou que este exercício global incorpora os resultados de todos os exercícios de avaliação já desenvolvidos, nomeadamente no que se refere mais diretamente ao COMPETE, a Avaliação Operacional dos Sistemas de Incentivos do QREN.

Duarte Rodrigues (Observatório do QREN) reforçando a complexidade do exercício de reprogramação, que envolve 3 Agendas que são prosseguidas por vários Programas Operacionais, informou que o documento global refletirá outros fatores que foram tidos em conta na proposta a apresentar, como a 2ª tranche do BEI, sendo marcado por:

- Fortes restrições orçamentais;
- O QREN está em final de ciclo, a um ano e meio do final das aprovações;
- Alinhamento com as metas da Europa 20-20;
- Alteração radical do contexto de desemprego nacional, originando a reorientação dos fundos para este fim;

Relativamente ao reforço previsto para os Sistemas de Incentivos, lembrou que, ao contrário da reprogramação de 2010, as necessidades atuais incidem essencialmente nos PO Regionais.

Informou ainda que está prevista a transferência de elegibilidade de alguns instrumentos do POPH para Agenda da Competitividade.

Por fim, Duarte Rodrigues (Observatório do QREN) lembrou que a reprogramação teve em conta os exercícios de avaliação já concluídos, bem como os relatórios dos Programas Operacionais e do QREN, onde se encontram já disponíveis os primeiros resultados da implementação do QREN.

Normunds Popens (CE) expressou agrado pelas intervenções e pela apresentação dos diferentes pontos de vista. Concordou com a necessidade de um maior detalhe no documento futuro. Por fim, sugeriu, dado o estágio atual do QREN, que sejam reforçados os instrumentos existentes, em detrimento da criação de novos.

Relativamente ao reforço proposto para projetos de Ciência, esclareceu que a Comissão não é contra o fomento da Investigação e Desenvolvimento. No entanto, há que ter em linha de conta, quer o contexto atual de recessão, quer a coerência com os objetivos específicos deste Programa Operacional.

À questão colocada por Manuela Gameiro (CIP), o Presidente da Comissão de Acompanhamento esclareceu que se pretende apresentar uma proposta de reprogramação até 15 de julho.

O Presidente passou de seguida ao ponto seguinte.

3. *Apreciação e Aprovação do Relatório de Execução 2011*

O Presidente da Comissão de Acompanhamento solicitou de seguida a Jorge Abegão (COMPETE) a apresentação de um resumo do Relatório de Execução do COMPETE de 2010.

Jorge Abegão (COMPETE) informou que o Relatório de Execução do COMPETE é composto por três Volumes:

- Volume I, com os respetivos anexos, consiste no documento síntese da execução anual do Programa, em conformidade com as obrigações regulamentares, que é sujeito a aprovação pela Comissão de Acompanhamento do QREN e, posteriormente, pela Comissão de Acompanhamento;
- Volume II é resultado do trabalho do COMPETE enquanto coordenador da Rede Sistemas de Incentivos QREN, visa possibilitar uma análise conjunta da implementação dos Sistemas de Incentivos do QREN, aprofundando alguns aspetos e resultados globais;
- Volume III expressa o trabalho de monitorização e acompanhamento do COMPETE em relação às Estratégias de Eficiência Coletiva.

Esclareceu ainda que os Volumes II e III seriam disponibilizados à Comissão de Acompanhamento posteriormente à entrega formal do Relatório de Execução (Volume I) à Comissão Europeia.

Armando Cardoso (CE) informou que os comentários formais da Comissão Europeia serão transmitidos após a submissão formal do Relatório de Execução. A este propósito lembrou observações efetuadas ao Relatório de Execução do ano passado não terem resposta. Sublinhou que o Relatório permite já identificar alguns aspetos mais positivos da implementação do Programa, ao nível da criação de postos de trabalho e de apoio a PME, por exemplo, e também alertar para alguns pontos que carecem atenção da gestão, como o desequilíbrio entre o compromisso e a execução dos Eixos I (Ciência), IV (Modernização da Administração Pública) e V (Ações Coletivas).

Questionou ainda o facto de existirem vários Indicadores Comuns Comunitários para os quais ainda não é possível a quantificação da realização do COMPETE.

Jorge Abegão (COMPETE) esclareceu que foram tidos em boa conta os comentários formais transmitidos pela Comissão Europeia no âmbito da sua apreciação ao Relatório de Execução de 2010, nomeadamente na elaboração do Relatório de Execução de 2011.

Eugénio Rosa (CGTP) congratulou o esforço de trazer novos dados, embora alerte para o facto da análise do Programa se basear nos compromissos, não tendo igual tratamento os impactes sentidos na economia, sublinhando a necessidade de aumentar o esforço de acompanhamento a este nível (projetos encerrados).

Apesar da informação transmitida pela Comissão Europeia sobre a adequação do atual nível de execução do Programa, salientou que, face ao orçamento anual previsto, o Programa deveria apresentar uma execução significativamente mais elevada.

Por fim, questionou o excessivo peso da componente de internacionalização nos apoios diretos a empresas, em detrimento do apoio a setores transacionáveis direcionados para o mercado nacional.

O Presidente da Comissão de Acompanhamento reconheceu que existe margem para melhorias ao nível do acompanhamento dos resultados e impactes dos projetos.

Relativamente ao nível de execução, informou que o COMPETE tem acompanhado o ritmo de compromissos e execução do PRIME (2000-2006), constituindo este facto um bom indicador dada a total absorção dos fundos comunitários por parte do PRIME.

Jorge Abegão (COMPETE) realçou ainda que os impactes do Programa são matéria de avaliação ex-post, enquanto, em sede de monitorização, se medem, essencialmente, os níveis de realização e se quantificam os primeiros resultados.

Relativamente à questão da priorização da componente de internacionalização, esclareceu que esta componente, no âmbito dos Sistemas de Incentivos, é sobretudo apoiada através do SI Qualificação PME, para fomento dos projetos que visem o conhecimento de mercados, a promoção internacional, bem como a prospeção e presença em mercados internacionais, e através do SI Inovação, com o reforço da capacidade produtiva das empresas exportadoras. Relativamente a estas últimas, tendo em conta que há poucas empresas que exportem a totalidade da sua produção, realçou o facto da parte da produção de bens transacionáveis não exportada dirigir-se, exatamente, para o mercado nacional, contribuindo assim para a substituição de importações e para a melhoria da balança comercial.

Ricardo Mamede (Observatório do QREN) congratulou a equipa do COMPETE pela qualidade do Relatório. Defendeu que as decisões estratégicas (como a reprogramação do QREN) devem ser baseadas em avaliações, sugerindo que em futuros períodos de programação seja prestada mais atenção a esta componente, no sentido de antecipar a quantificação dos impactes esperados e, deste modo, permitir a introdução de eventuais melhorias ainda em tempo

útil. Refere que a informação disponível atualmente sobre as Estratégias de Eficiência Coletiva é relativamente reduzida, informando que está em processo de contratualização pelo Observatório do QREN a avaliação estratégica e operacional deste instrumento de política nacional.

Por fim, questionou o elevado peso do incentivo atribuído a fundo perdido.

Jorge Abegão (COMPETE) esclareceu que os apoios atribuídos a título de financiamento não reembolsável (fundo perdido) correspondem aos apoios não empresariais (Ciência, Administração Pública, Ações Coletivas e Assistência Técnica) e aos Sistemas de Incentivos destinados às PME (SI Qualificação PME) e I&DT (SI I&DT).

Manuela Gameiro (CIP) questionou a grelha utilizada na tabela 2.11 (Repartição da Contribuição Comunitária por Atividade Económica), nomeadamente devido à agregação no mesmo setor das atividades imobiliárias e dos apoios à I&D.

Questionou ainda o não cumprimento dos indicadores de realização do Eixo II relativos à Orientação para Mercados Internacionais (Variação das Exportações / Variação das Vendas) e ao Incentivo ao Empreendedorismo (Nº empresas criadas / Nº Empresas apoiadas).

Fora do âmbito do Relatório de Execução, Manuela Gameiro (CIP) transmitiu as seguintes preocupações sentidas pelas empresas e associações empresariais:

- Verificam-se alguns atrasos ao nível do pagamento do reembolso final, originando o correspondente atraso na libertação das garantias bancárias associadas aos adiantamentos recebidos;
- Solicitou a alteração do circuito de aferição do cumprimento da regra de minimis nos Projetos Conjuntos do SI Qualificação PME;
- A proposta para a Orientação de Gestão N.º 13/2012, para majoração dos projetos aprovados no âmbito do SI Qualificação PME não parece adequada, uma vez que penaliza os cumpridores dos planos de investimento aprovados beneficiando os projetos com menores níveis de execução;
- Sugeriu que a publicação de Orientações de Gestão e Orientações Técnicas fossem objeto de um maior destaque na *Newsletter* do Programa.

Jorge Abegão (COMPETE) concordou com a crítica à grelha da tabela 2.11, informando que se trata de uma grelha definida pela Comissão Europeia e que constitui uma obrigação regulamentar.

Sobre o atual incumprimento do Indicador de Orientação para Mercados Internacionais, informou que com a manutenção do reforço da priorização dos apoios a empresas exportadoras se espera o cumprimento do referido indicador.

Quanto ao Indicador de Incentivo ao Empreendedorismo, lembrou que esta tipologia de apoio é destinada sobretudo a micro e pequenas empresas e, como tal, enquadráveis sobretudo ao nível dos PO Regionais o que justifica, eventualmente, o sobredimensionamento da meta num programa dirigido essencialmente, nos Sistemas de Incentivos, às médias e grandes empresas.

Jorge Abegão (COMPETE) esclareceu ainda que foi criada uma exceção para os Projetos Conjuntos no circuito estabelecido para aferição do cumprimento da regra de minimis, a pedido das Associações Empresariais. Neste sentido, a regra geral determina que a consulta à base de dados nacional seja efetuada aquando da aprovação do financiamento, enquanto que, no caso dos Projetos Conjuntos, é possível a consulta até ao encerramento dos projetos porque as associações apenas nessa fase têm total certeza do incentivo atribuído por PME.

Dina Ferreira (IFDR) referiu que enviou ao COMPETE um conjunto de observações sobre o Relatório de Execução. Solicitou ainda que o Relatório fosse complementado com informação sobre as ações desenvolvidas pela Autoridade de Gestão decorrentes das Recomendações da Avaliação Operacional dos Sistemas de Incentivos e da Avaliação ao Plano de Comunicação.

Complementou ainda a informação transmitida sobre os projetos COMPETE beneficiários do Empréstimo Quadro do BEI, salientando que estes representam cerca de 84% do total de projetos QREN beneficiários.

Não tendo sido levantadas questões adicionais, o Relatório de Execução foi aprovado por unanimidade.

4. Ponto de Situação do Programa

O Presidente da Comissão de Acompanhamento apresentou de seguida um resumo da situação atual do COMPETE reportado a 1 de junho:

- Encontram-se aprovados 4.791 projetos com um incentivo de 2,8 mil milhões de euros, o que representa uma taxa de compromisso, face à dotação total do Programa, de 89%;
- Encontram-se contratados 4.511 projetos com um incentivo de 2,7 mil milhões de euros, o que representa uma taxa de contratação, face aos projetos aprovados, de 94%;
- Encontram-se encerrados 164 projetos com um incentivo de 245 milhões de euros;
- Foram realizados pagamentos na ordem dos 1,3 mil milhões de euros (43% da dotação do Programa);
- A taxa de execução do Programa é de 40%.

Dina Ferreira (IFDR) lembrou que deverá ser remetida aos membros da Comissão de Acompanhamento a atualização do relatório *spill-over effects* com data de 30 de junho de 2012.

Judit Torokne Rozsa (CE) alertou para eventuais dificuldades de execução com reflexos no cumprimento da regra N+2 em 2013, tendo em conta a difícil realidade macroeconómica e, por outro lado, o aumento da exigência da meta (ano em que se passa da meta N+3 para N+2).

5. Outros Assuntos

O Presidente da Comissão de Acompanhamento passou a palavra a Normunds Popens (CE) que solicitou às autoridades nacionais do QREN um adequado planeamento dos pedidos de pagamento a apresentar à Comissão Europeia, alertando para o risco dos mesmos não serem despachados ainda em 2012 se forem remetidos após Outubro.

Judit Torokne Rozsa (CE) solicitou uma antecipação do Evento Anual do COMPETE. Informou que é esperado, ainda durante o mês de junho, o Encerramento do PRIME.

Duarte Rodrigues (Observatório do QREN) partilhou, na qualidade de coordenador da Rede de Avaliação do QREN, as Avaliações previstas arrancar em breve:

- As Avaliações Intercalares de diversos Programas Operacionais, incluindo o COMPETE;
- Avaliação Estratégica do QREN;
- Avaliação estratégica e operacional das Estratégias de Eficiência Coletiva - Pólos de Competitividade e Inovação e Outros Clusters;
- Avaliação estratégica e operacional das EEC - PROVERE;
- Avaliação dos Investimentos em Equipamentos de proximidade;
- Avaliação do contributo do FSE para a promoção da igualdade de oportunidades e para o reforço da inclusão social de pessoas desfavorecidas.

Referiu ainda que tal só foi possível após despacho de autorização para a celebração dos contratos necessários à implementação do Plano Global de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais por parte do SEAP??.

Dina Ferreira (IFDR) informou que, no âmbito da preparação do próximo período de programação, está a ser desenvolvido com os Programas Operacionais um exercício piloto no sentido de testar os indicadores atuais do QREN e a sua adequação às regras futuras. O COMPETE é um dos PO que se ofereceu para participar nesse exercício da DG REGIO.

Informou que as Autoridades Portuguesas estão a trabalhar no sentido de acelerar o processo de certificação de despesas à Comissão Europeia, de forma a manter a fluidez dos circuitos.

Por fim, Dina Ferreira (IFDR) informou que, dadas as dificuldades das empresas num contexto recessivo, com reflexo, nomeadamente, no acesso ao financiamento, as Autoridades Portuguesas iniciaram o processo de notificação à Comissão Europeia de um regime de auxílios de estado que permita o aumento do *plafond* de minimis para 500 mil euros.

Não se verificando mais questões, o Presidente agradeceu a todos a participação na Comissão de Acompanhamento, dando por encerrada a reunião às 14 horas.

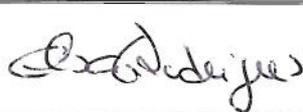
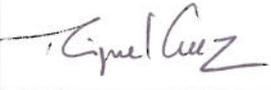
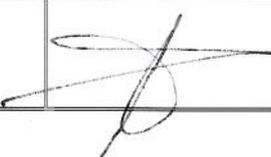
6ª Reunião da Comissão de Acompanhamento do POFC
Salão Nobre do IAPMEI
Dia 20 de Junho de 2012 – 09H00

Lista de Presenças

Organismo/Nome	Rubrica	E-mail
Membros com Direito a Voto		
Presidente da Comissão Directiva do POFC Dr. Franquelim Alves		franquelim.alves@compete-pofc.org
Vogal da Comissão Directiva do POFC Drª. Piedade Valente		pvalente@compete-pofc.org
Vogal da Comissão Directiva do POFC Drª Isabel Matalonga		isabel.matalonga@compete-pofc.org
Ministério dos Assuntos Parlamentares (Gab. do Secretario de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares) Dr. Ademar Marques		a.marques@maap.gov.pt
Ministério da Educação e da Ciência (Gab. do Secretario de Estado da Ciência) Eng. Francisco Sousa Soares		Sousasoares.francisco@mec.gov.pt
Ministério da Economia e do Emprego (Gab. do Secretario de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação) Dr. João Barbosa		Joao.k.barbosa@mee.gov.pt
Ministério da Justiça Dr. Álvaro Pires		alvaro.d.pires@sg.mj.pt
IFDR Drª Dina Ferreira		dina.ferreira@ifdr.pt
ANMP Rui Solheiro		presidencia@cm-melgaco.pt

6ª Reunião da Comissão de Acompanhamento do POFC
Salão Nobre do IAPMEI
Dia 20 de Junho de 2012 – 09H00

Lista de Presenças

Organismo/Nome	Rubrica	E-mail
ANAFRE Dr. Joaquim Cândido Moreira		anafre@anafre.pt
CES – Conselho Económico e Social Dr. Nuno Correia (UGT) Dr. José Paulo Esperança (CPADA) Eng. Francisco João Silva (CONFAGRI) Drª Manuela Gameiro (CIP) Dr. Eugénio Rosa (CGTP-IN) Dr. Joaquim Moura (CTP) Drª Claudia Costa (CAP) Drª Ana Vieira (CCP)		paula.bernardo@ugt.pt josé.esperanca@iscte.pt confagri@confagri.pt manuela.gameiro@cip.org.pt edr2@netcabo.pt geral@confederecaoturismoportugues.pt ccosta@cap.pt Ana.vieira@ccp.pt
CIG (Drª Ana Gattini) ELSA ALDAIGUES		Ana.gattini@cig.gov.pt
IAPMEI Prof. Doutor Miguel Cruz		miguel.cruz@iapmei.pt
TURISMO DE PORTUGAL Dr. Carlos Abade		carlos.abade@turismodeportugal.pt
AICEP Dr. Pedro Reis		pca@portugalglobal.pt
ADI Eng. Paulo Cunha		pcunha@adi.pt

6ª Reunião da Comissão de Acompanhamento do POFC

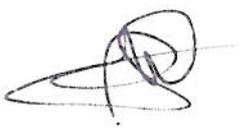
Salão Nobre do IAPMEI
Dia 20 de Junho de 2012 – 09H00

Lista de Presenças

Organismo/Nome	Rubrica	E-mail
FCT Dr. Pedro Carneiro		pedro.carneiro@fct.pt
AMA Dr. João Ribeiro		Joao.ribeiro@ama.pt

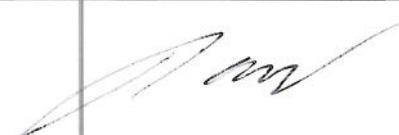
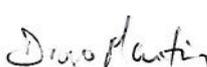
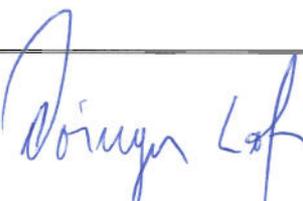
6ª Reunião da Comissão de Acompanhamento do POFC
Salão Nobre do IAPMEI
Dia 20 de Junho de 2012 – 09H00

Lista de Presenças

Organismo/Nome	Rubrica	E-mail
<i>Membros com Estatuto Observador, sem direito de voto</i>		
Secretaria Estado da Economia e do Desenvolvimento Regional Dr. Paulo Marques dos Santos		paulo.santos@mee.gov.pt
IGF Dr. José António Viegas Ribeiro Dr. Carlos Trigacheiro Dr. Ricardo Reis		viegasribeiro@igf.min-financas.pt carlostrigacheiro@igf.min-financas.pt Ricardoreis@igf.min-financas.pt
DPP Drª Sofia Rodrigues	<i>Sofia Rodrigues</i>	srodrigues@dpp.pt
Observatório do QREN Dr. Paulo Areosa Feio Dr. Duarte Rodrigues Dr. Rui Mamede Dr. Ricardo Mamede		paulo.areosafeio@observatorio.pt duarte.rodrigues@observatorio.pt rui.mamede@observatorio.pt ricardo.pais.mamede@observatorio.pt
PO Regional do Norte Eng. João Marrana	<i>João Marrana</i>	jmarrana@ccdr-n.pt
PO Regional Centro Profª Ana Abrunhosa Dr. Carlos Ferreira		Ana.abrunhosa@ccdr.pt Carlos.ferreira@ccdr.pt

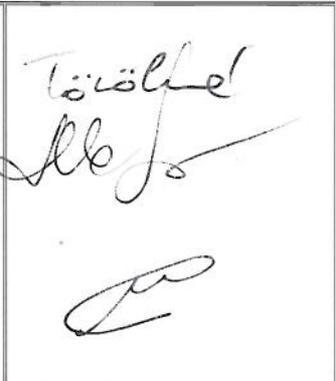
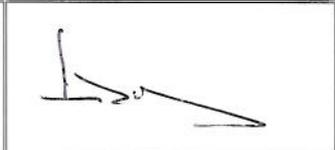
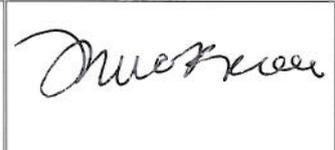
6ª Reunião da Comissão de Acompanhamento do POFC
Salão Nobre do IAPMEI
Dia 20 de Junho de 2012 - 09H00

Lista de Presenças

Organismo/Nome	Rubrica	E-mail
PO Regional Alentejo Dr. António Costa da Silva		Antonio.costadasilva@ccdr-a.gov.pt
PO Regional Lisboa Prof. Doutor Eduardo Brito Henriques Dr. Diogo Martins		Eduardo.brito.henriques@ccdr-lvt.pt diogo.martins@ccdr-lvt.pt
PO Regional Algarve Drª Patricia Martins		pmartins@ccdr-alg.pt
PO Regional Açores Dr. Arnaldo Machado		arnaldo.fo.machado@azores.gov.pt
PO Regional Madeira Dr. Jorge Faria		jorgefaria.ide@netmadeira.com
PO Valorização do Território Drª Helena Azevedo		helena.azevedo@povt.qren.pt
PO Potencial Humano Dr. Domingos Lopes		Domingos.lopes@poph.qren.pt

6ª Reunião da Comissão de Acompanhamento do POFC
Salão Nobre do IAPMEI
Dia 20 de Junho de 2012 – 09H00

Lista de Presenças

<i>Membros com Estatuto Consultivo, sem direito de voto</i>		
<p>Comissão Europeia</p> <p>Dra. Judit Torokne Rozsa</p> <p>Dr. Normunds Popens</p> <p>Eng. Eduardo Barreto</p> <p>Dr. Armando Cardoso</p>		<p>Judit.torokne-rosza@ec.europa.eu</p> <p>Normunds.popens@ec.europa.eu</p> <p>Eduardo.barreto@ec.europa.eu</p> <p>armando.cardoso@ec.europa.eu</p>
<p>BEI</p> <p>Dr. Filipe Diaz</p>		<p>f.diaz@eib.org</p>
<p>IGFSE</p> <p>Drª Julieta Albuquerque</p>		<p>julieta.albuquerque@igfse.pt</p>

